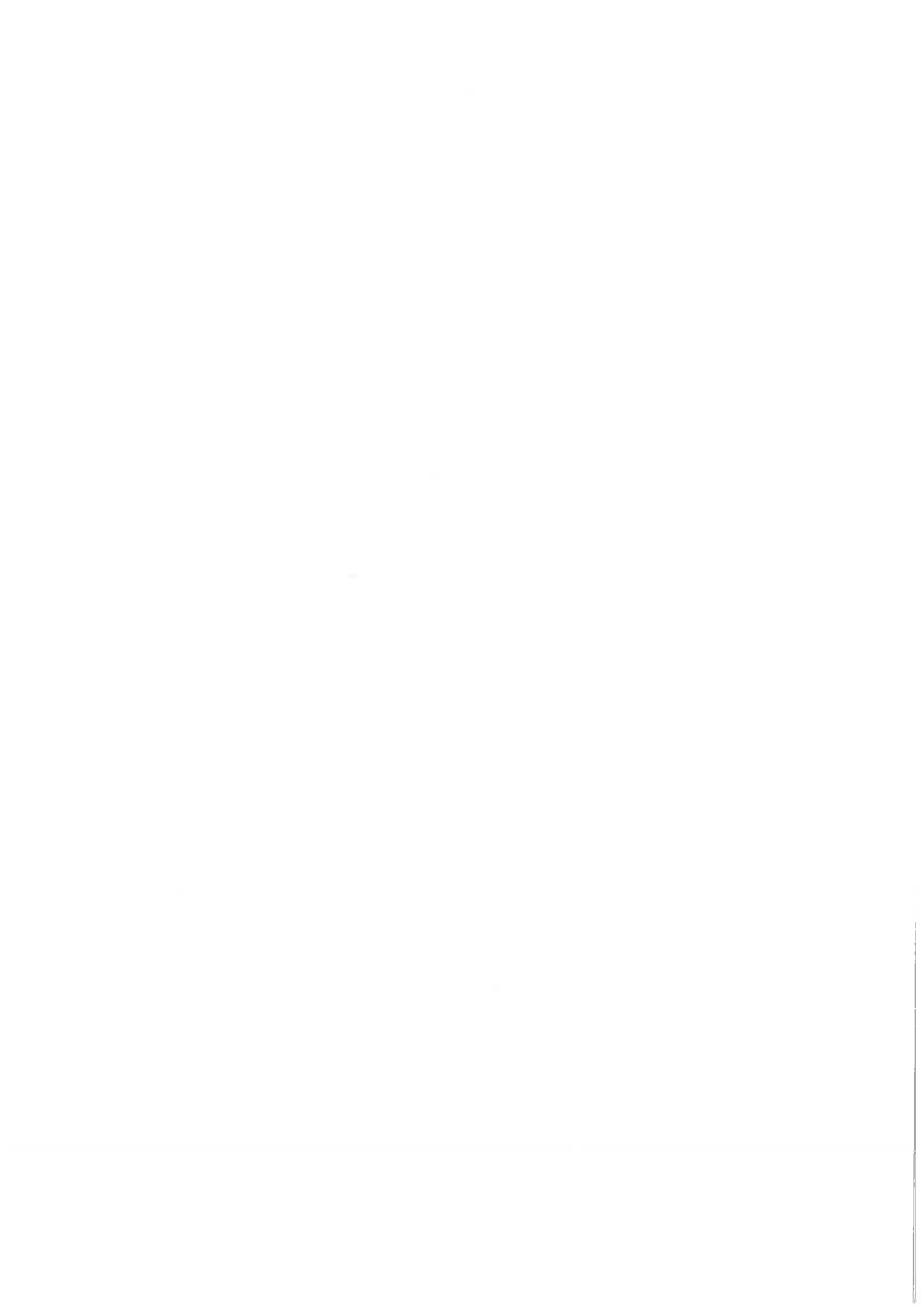


[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Relatório de Gestão Consolidado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]





RELATÓRIO DE GESTÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2016

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Considerando que a situação económica e financeira das entidades compreendidas no perímetro municipal que se encontra refletida nas respetivas demonstrações financeiras individuais, optou-se por neste ponto fazer uma análise global das contas consolidadas sintética.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Dado que a preparação do orçamento da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo (AFPDM) não segue o previsto no POCAL, as demonstrações financeiras orçamentais refletem apenas os fluxos orçamentais sem existir uma comparação dos montantes realizados com os montantes orçamentados.

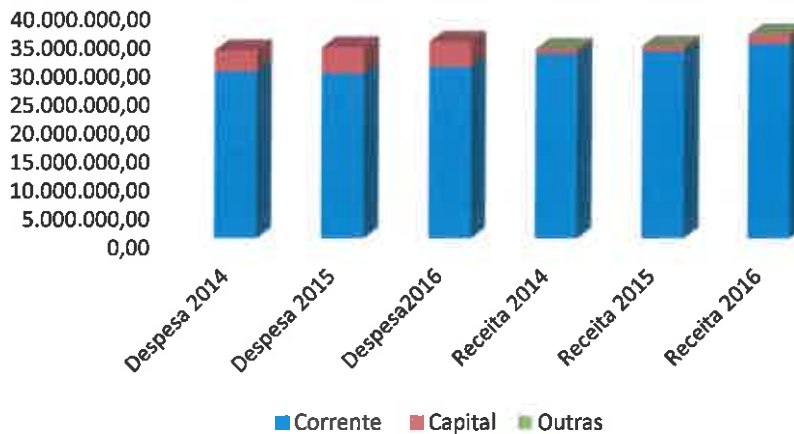
No exercício de 2016 e de acordo com os fluxos de caixa consolidados o total de receita cobrada foi de 35.735 mil euros e a despesa de 34.409 mil euros, resultando num acréscimo do saldo de gerência orçamental de 1.326 mil euros.



Face aos exercícios de 2014 e 2015 verifica-se um crescimento das Receitas orçamentais, mantendo-se a tendência de incremento do saldo de gerência orçamental.

Desagregando as componentes da despesa e receita pelas suas características de corrente ou de capital, à semelhança dos exercícios de 2014 e 2015, continua-se a verificar a predominância significativa da receita corrente e da despesa corrente, sendo que a primeira é superior à segunda.

Composição e Variação da Receita e Despesa



POSIÇÃO FINANCEIRA

O ativo do grupo municipal totaliza 113.359 mil euros, apresentando um incremento face a 2015 de 195 mil euros. Importa ainda referir que o ativo não inclui todos os bens obtidos a título gratuito pelo município, nomeadamente de operações de loteamento, estando o processo de inventariação dos mesmos ainda a decorrer, pelo que o valor do ativo deverá ser sujeito a incrementos positivos.

No que respeita ao passivo este é de apenas 25.155 mil euros e já inclui 10.980 mil euros de proveitos diferidos que não correspondem a qualquer pagamento futuro, mas sim de um mero diferimento contabilístico de receita já recebida. Quando comparado com o período homólogo de 2015, verifica-se uma redução global do passivo de 1.416 mil euros

Detalhando o ativo pela sua natureza e comparando o exercício de 2016 com o de 2015, constata-se que a variação da estrutura é residual. Não obstante a reclassificação de bens do imobilizado corpóreo em bens do domínio Público (reclassificação aprovada nas contas individuais do município).

Também no passivo a variação da estrutura do mesmo é residual, sendo a variação mais significativa a redução dos empréstimos bancários Médio e Longo Prazo em aproximadamente 1.047 mil euros.

[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2016

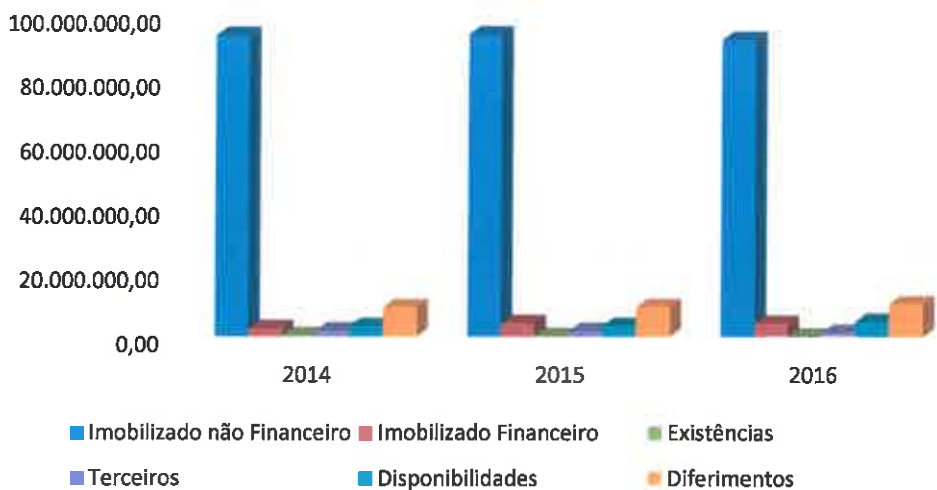


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

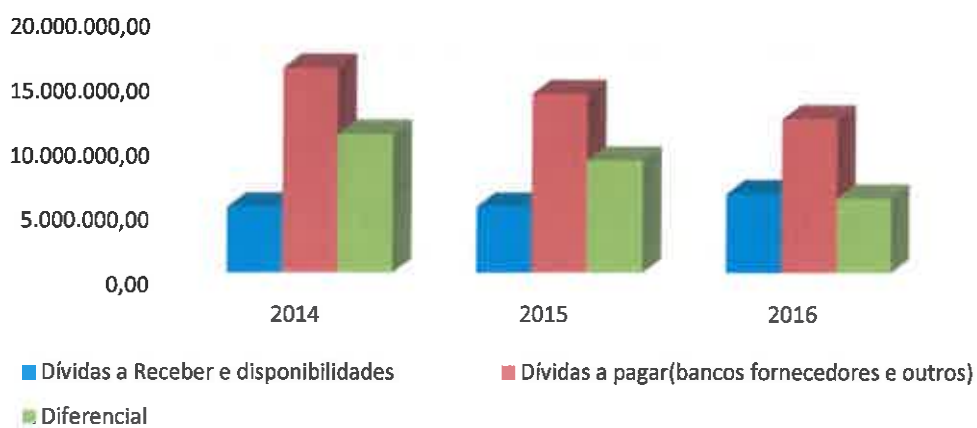
[Handwritten signature]

Estrutura e variação do ativo



Quando analisada a capacidade de fazer face às responsabilidades com terceiros, verifica-se que o grupo municipal reduziu o valor a pagar a terceiros.

Evolução da Dívida a Receber e a Pagar



RELATÓRIO DE GESTÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2016



De salientar que os ativos considerados nas dívidas a receber não incluem os acréscimos de proveitos, nomeadamente o valor dos impostos municipais a cobrar em 2017 referentes ao exercício económico de 2016, sendo que esta rubrica totaliza em 2016 cerca de 10.168 mil euros, montante superior ao diferencial apurado no gráfico acima.

DESEMPENHO ECONÓMICO

No exercício de 2016 verificou-se um resultado líquido positivo de 568 mil euros, este resultado é essencialmente de natureza operacional.

	Custos		Proveitos		Resultado		Variação do Resultado	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	%	Valor
Operacional	31 290 701,09	32 581 456,77	32 862 324,96	32 925 939,05	1 571 623,87	344 482,28	-78,08%	-1 227 141,59
Financeiro	225 893,89	172 131,91	155 683,11	285 961,28	-70 210,78	113 829,37	-262,13%	184 040,15
Extraordinário	418 563,72	1 172 205,26	627 878,04	1 282 445,53	209 314,32	110 240,27	-47,33%	-99 074,05
Impostos/RL	1 794,30	917,35	0,00	0,00	-1 794,30	-917,35	-48,87%	876,95
Total	31 936 953,00	33 926 711,29	33 645 886,11	34 494 345,86	1 708 933,11	567 634,57	-66,78%	-1 141 298,54

Dado que os custos e proveitos operacionais são os mais relevantes, detalha-se a sua composição nos pontos seguintes:

- Custos operacionais

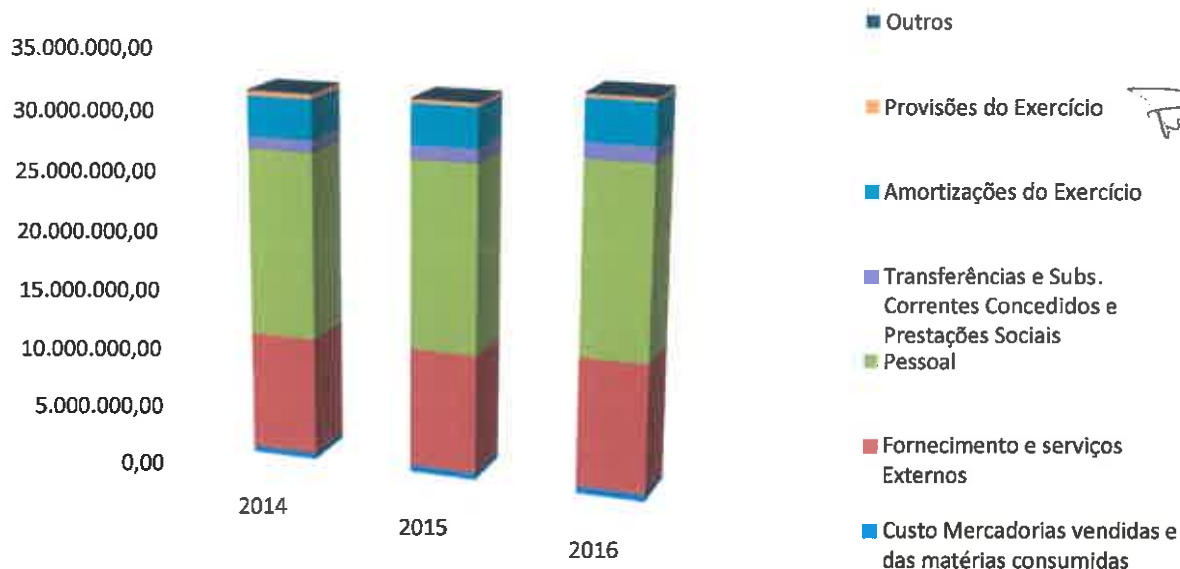
Compõe-se essencialmente por Custos com Pessoal (49%) e Fornecimentos e Serviços externos (33%). A rubrica de provisões e amortizações totaliza cerca de (11%) do total de custos, sendo que a mesma não corresponde efetivamente a uma saída de fluxo financeiro.

RELATÓRIO DE GESTÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2016

[Handwritten signatures and stamps]



Composição e Evolução dos Custos Operacionais

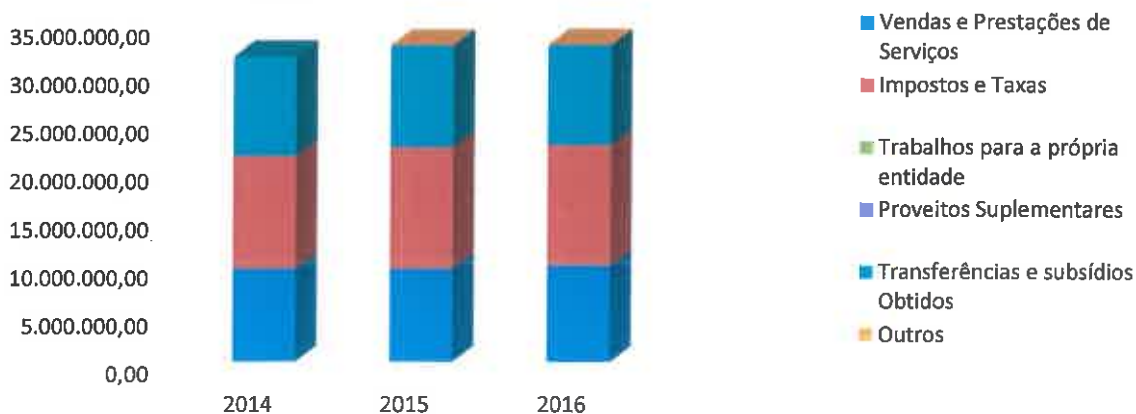


[Handwritten signatures and stamps]

- Proveitos operacionais**

Os proveitos operacionais são repartidos essencialmente por Impostos e Taxas (38%), Transferências e Subsídios Obtidos (32%) e ainda pelas Vendas e Prestações de Serviços (31%).

Composição e variação dos proveitos operacionais



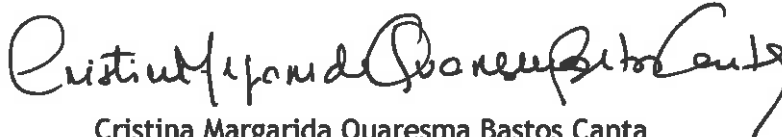
ANEXO

Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas consolidada da gerência de 2016 do Grupo Municipal do Montijo declaro, sob compromisso de honra, enquanto dirigente intermédia de 2º grau a exercer funções como chefe da divisão de gestão financeira e patrimonial, responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal e à sua remessa pelo Presidente da Câmara ao Tribunal de Contas que não me foram transmitidas ordens ilegais contra meu parecer ou informação, dos quais resultem atos ilegais e condutas ilícitas.

Montijo, 02 de junho de 2017

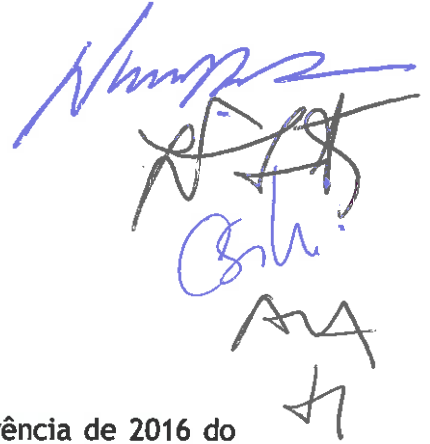
A chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial



Cristina Margarida Quaresma Bastos Canta

ANEXO

Declaração de responsabilidade



No âmbito do processo de prestação de contas consolidada da gerência de 2016 do Grupo Municipal do Montijo declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

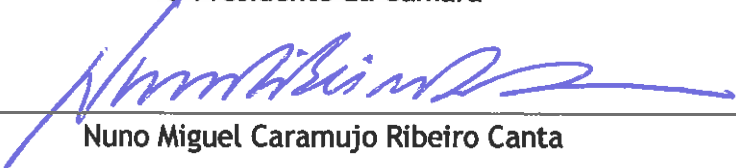
- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

Montijo, 2 de junho de 2017


O Presidente da Câmara



Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta

O Vereador

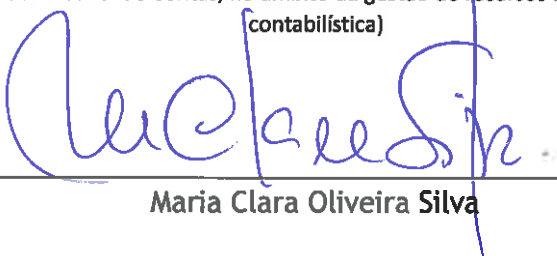
(Vereador com competências delegadas/subdelegadas mencionadas no ponto 1.1. do Despacho Judicial n.º1/EC/2017 – 2.ª Seção do Tribunal de Contas, no âmbito da gestão financeira e contabilística)



José Francisco dos Santos

A Vereadora

(Vereadora com competências delegadas/subdelegadas mencionadas no ponto 1.1. do Despacho Judicial n.º1/EC/2017 – 2.ª Seção do Tribunal de Contas, no âmbito da gestão de recursos humanos e da gestão financeira e contabilística)



Maria Clara Oliveira Silva